

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## PROVAS OBJETIVAS

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### Texto CG1A1-I

Enquanto apenas 30% da população mundial vivia em ambiente urbano no ano de 1950, em 2018 esse índice já representava 55%, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU). A projeção de longo prazo da ONU indica a intensificação dessa tendência, com a população urbana mundial representando 68% do total em 2050.

No Brasil, 36% da população era urbana em 1950, valor bastante próximo da média mundial até então. Nas décadas subsequentes, o país experimentou um rápido processo de urbanização, evidenciado pelo fato de que, no ano de 2018, expressivos 87% da população brasileira residia em ambientes urbanos. As projeções de mais longo prazo indicam que essa tendência deve se estabilizar em patamar próximo a 90%.

As cidades representam o mais importante lócus de consumo de energia e emissões relacionadas. Estimativas da IEA (International Energy Agency), em 2016, indicavam que as cidades respondiam por 64% do uso global de energia primária e 70% das emissões globais de dióxido de carbono. Tal fato evidencia o papel central que as cidades têm e terão na determinação do padrão de uso de energia e de emissões de carbono dos países e do mundo. Em particular, a própria transição energética terá seu ritmo bastante afetado pelas mudanças que ocorrerem nas cidades. O mesmo vale para o uso eficiente de recursos (inclusive não energéticos), segurança energética e desenvolvimento sustentável.

Para os estudos de planejamento energético, é importante identificar as mudanças estruturais que impactarão o uso de energia nas cidades no longo prazo. Do ponto de vista tecnológico, no momento em que, simultaneamente, emergem e convergem novas tecnologias de informação, novas tecnologias e modelos de negócios de geração de energia e novas formas de mobilidade, é possível vislumbrar revoluções em diferentes nichos que utilizarão a inteligência artificial, o uso massivo de dados (*big data*) e a Internet das Coisas como plataformas tecnológicas de propósito geral.

Nesse pano de fundo, emergem fenômenos como cidades inteligentes e indústria 4.0, importantes evoluções no sentido de cidades sustentáveis. A implementação desses conceitos é acompanhada de um número crescente dos mais variados sensores nas mais diferentes situações, o que gera aumento exponencial de dados, que são utilizados para comunicação via Internet, em última instância, de forma a subsidiar tomadas de decisão mais eficientes. Para tornar essa revolução possível, é necessário significativo investimento em infraestrutura, que será a base da economia no futuro próximo.

No entanto, deve-se reconhecer que uma cidade inteligente é um passo necessário, mas não suficiente, e que é preciso abranger mais do que a aplicação inteligente de tecnologia nas áreas urbanas. A adoção de tecnologia deve tornar as cidades mais sustentáveis, melhorando a qualidade de vida de sua população e sua relação com o meio ambiente. Assim, em relação ao uso de energia, é importante que as discussões sobre cidades inteligentes sejam feitas levando-se em consideração tópicos importantes no contexto de transição energética, como uso do espaço urbano e impactos sobre o bem-estar coletivo, mudanças climáticas, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a economia circular.

Internet: <www.epe.gov.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com os dados da ONU, em 1950, menos da metade da população mundial vivia em ambientes urbanos.
- 2 A adoção de tecnologia, além de tornar as cidades mais inteligentes, deve primar também pelo melhoramento da qualidade de vida da população e de sua relação com o meio ambiente, tornando o ambiente urbano mais sustentável.
- 3 As cidades têm papel fundamental na determinação do padrão de uso de energia e de emissões de carbono dos países e do mundo.
- 4 No Brasil, entre 1950 e 2018, o crescimento da população urbana foi maior que o crescimento mundial da população urbana.
- 5 As projeções de mais longo prazo indicam que a tendência de crescimento da população urbana mundial deve se estabilizar em patamar próximo a 90%.

Julgue os itens subsequentes, relativos a propriedades linguísticas do texto CG1A1-I.

- 6 A expressão “Nesse pano de fundo” (início do quinto parágrafo) exprime a mesma noção transmitida pela locução “No entanto” (início do sexto parágrafo).
- 7 A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas caso fosse eliminada a vírgula empregada logo após o vocábulo “que” (segundo período do segundo parágrafo).
- 8 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o segmento “Em particular, a própria transição energética terá seu ritmo bastante afetado” (quarto período do terceiro parágrafo) fosse assim reescrito: Em sentido estrito, o próprio ritmo da transição energética terá sido bastante afetado.
- 9 No quinto parágrafo, a expressão “desses conceitos” (segundo período) retoma, de forma imediata e restrita, o termo “fenômenos” (primeiro período).
- 10 O trecho “que são utilizados para comunicação via Internet” (segundo período do quinto parágrafo) exerce função explicativa no período em que está inserido.
- 11 No último período do segundo parágrafo, a forma verbal “indicam” está flexionada no plural para concordar com a palavra “projeções”, mas poderia ser substituída pela respectiva forma singular — **indica** —, sem prejuízo da correção gramatical, dada a previsão gramatical de concordância com o termo mais próximo, que, no caso, é o termo “prazo”.

#### Texto CG1A1-II

As plantas, os animais domésticos e os produtos deles obtidos (frutas, ervas, carnes, ovos, queijos etc.) pertencem aos mais antigos produtos comercializáveis. A palavra latina para dinheiro, *pecunia*, deriva da relação com o gado (*pecus*). Esse comércio é provavelmente tão antigo quanto a divisão do trabalho entre agricultores e criadores de gado. Embora inicialmente o comércio e a distribuição econômica de produtos de colheita fossem geograficamente bem delimitados, eles conduziram a uma difusão cada vez mais ampla das sementes, desenvolvendo-se, então, um número cada vez maior de variações. Sem milênios de constantes contatos entre os povos e sem o trânsito intercontinental, o nosso cardápio teria uma aparência bastante pobre. Das aproximadamente trinta plantas que constituem os recursos de nossa alimentação básica, quase todas têm sua origem fora da Europa e provêm, predominantemente, de regiões que hoje enumeramos entre os países em desenvolvimento.

Já que hoje as plantas nutritivas domésticas são cultivadas em praticamente todas as regiões habitadas, a humanidade também poderia alimentar-se, se o comércio de produtos agrários se limitasse a áreas menores, de proporção regional. O transporte de gêneros alimentícios por distâncias maiores se justifica, em primeiro lugar, para prevenir e combater epidemias de fome. Há, sem dúvida, uma série de razões ulteriores em favor do comércio mundial de gêneros alimentícios: a falta de arroz, chá, café, cacau e muitos temperos em nossos supermercados levaria a um significativo empobrecimento da culinária, coisa que não se poderia exigir de ninguém. O comércio internacional com produtos agrícolas aporta, além disso, às nações exportadoras a entrada de divisas, facilitando o pagamento de dívida. E, em muitos lugares, os próprios trabalhadores rurais e pequenos agricultores tiram proveito da venda de seus produtos a nações de alta renda, sobretudo quando ela ocorre segundo os critérios do comércio equitativo.

Considerando as ideias e propriedades linguísticas do texto CG1A1-II, julgue os próximos itens.

- 12 A expressão “sem dúvida” (terceiro período do segundo parágrafo) denota um posicionamento do autor quanto à questão do comércio mundial de gêneros alimentícios.
- 13 Conclui-se do texto que, historicamente, o gado representa uma fonte de dinheiro.
- 14 No último período do primeiro parágrafo, as formas verbais “têm” e “provêm” estabelecem concordância com o mesmo termo: “todas”.
- 15 No quarto período do primeiro parágrafo, a forma pronominal “eles” retoma “produtos”.

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto CG1A1-II, julgue os itens que se seguem.

- 16 A coerência do texto e sua correção gramatical seriam mantidas se o quarto período do segundo parágrafo fosse reescrito da seguinte forma: Além disso, o comércio internacional com produtos agrícolas aporta a entrada de divisas às nações exportadoras e, assim, facilita o pagamento de dívida.
- 17 A palavra “ulteriores” (terceiro período do segundo parágrafo) significa o mesmo que **anteriores**.
- 18 É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às” em “às nações exportadoras” (quarto período do segundo parágrafo).
- 19 No terceiro período do primeiro parágrafo, a expressão “Esse comércio” faz referência ao termo “gado”, empregado no período imediatamente anterior.
- 20 A substituição da forma verbal “Há” (terceiro período do segundo parágrafo) por **Existe** preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

Considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 21 Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador são inaplicáveis ao sistema da improbidade.
- 22 Tolerar a prática de jogos de azar, em contrapartida de vantagem econômica de qualquer natureza, mesmo que indireta, constitui ato de improbidade.
- 23 A pessoa que concorrer culposamente para o cometimento de ato ímprobo, mesmo que não seja agente público, pratica ato de improbidade.
- 24 Configura conduta lícita receber vantagem econômica direta para facilitar a alienação de bem público, por ente estatal, por preço superior ao valor de mercado.

Com base na Lei n.º 12.846/2013, que dispõe acerca da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, julgue os itens a seguir.

- 25 A vantagem pretendida, mas não auferida pelo infrator, é irrelevante para a aplicação das sanções previstas na lei mencionada.
- 26 Constitui ato lesivo à administração pública perturbar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.
- 27 A responsabilidade da pessoa jurídica subsiste na hipótese de sua incorporação por outra pessoa jurídica.

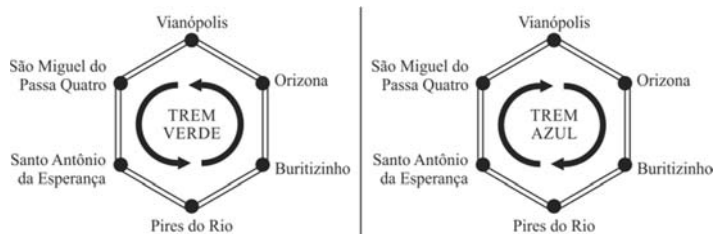
De acordo com a Lei Orgânica do Município de Pires do Rio, julgue os itens a seguir.

- 28** O município de Pires do Rio deve, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado do Goiás, manter e prestar os serviços de atendimento à saúde da população.
- 29** O ensino será ministrado com base na liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- 30** Os vereadores de Pires do Rio poderão licenciar-se para tratar de interesse particular, sem remuneração, por período não superior a trinta dias por sessão legislativa.
- 31** O município de Pires do Rio deve garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente em rede de ensino especial.

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei Complementar Municipal n.º 004/1991, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Pires do Rio.

- 32** O período de afastamento motivado por luto pelo falecimento de cônjuge, filho, pais ou irmão do servidor, por até oito dias consecutivos, é considerado como de efetivo exercício.
- 33** A transferência de servidor público, estável ou não, consiste na sua passagem de um cargo efetivo para outro.
- 34** Além do vencimento, poderão ser deferidas ao servidor público as gratificações consistentes em ajuda de custo, diárias e despesas com transportes.

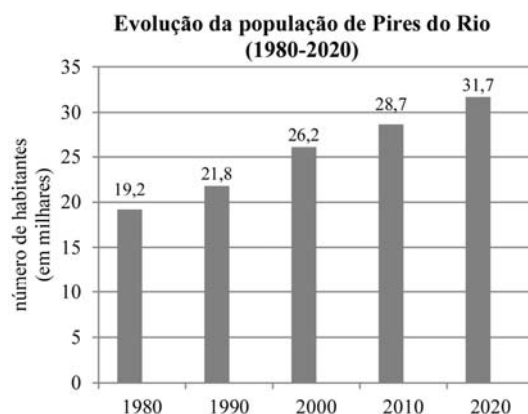
Uma estrada de ferro composta de dois trilhos paralelos liga seis cidades do estado de Goiás: Pires do Rio, Buritizinho, Orizona, Vianópolis, São Miguel do Passa Quatro e Santo Antônio da Esperança. Nessa estrada, circulam dois trens, o Trem Verde e o Trem Azul, em sentidos opostos, visitando essas seis cidades na ordem apresentada nos diagramas a seguir. Esses trens viajam de uma cidade a outra em exatos 30 minutos, permanecem exatamente 10 minutos na estação e então seguem para a próxima cidade. Esse ciclo, que se repete continuamente durante todo dia, tem início às 6 h 00 min, com a partida dos dois trens da estação de Pires do Rio.



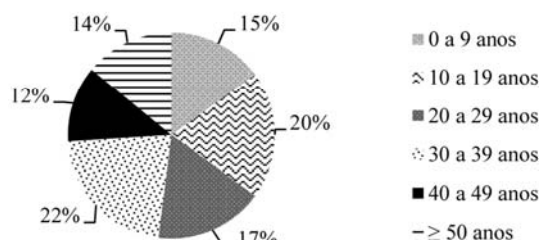
Tendo como referência a situação hipotética precedente e os diagramas apresentados, julgue os próximos itens.

- 35** Às 8 h 30 min, o Trem Verde encontra-se na estação de Orizona.
- 36** O Trem Azul está na estação de Santo Antônio da Esperança às 10 h 38 min.
- 37** Às 19 h 50 min, os dois trens encontram-se em Vianópolis.
- 38** Às 23 h 30 min, os dois trens estão em algum trecho entre as cidades de São Miguel do Passa Quatro e Orizona.

Os dois gráficos a seguir mostram informações acerca da população de Pires do Rio: o primeiro apresenta a evolução da população no período de 1980 a 2020; o segundo, a distribuição dessa população por faixa etária no ano de 2020.



**Distribuição etária da população de Pires do Rio no ano de 2020**



Considerando as informações e os gráficos anteriores, julgue os itens seguintes.

- 39** Se toda a população de Pires do Rio na faixa de idade entre 20 e 49 anos estivesse empregada em 2020, então, nesse ano, existiam pelos menos 15 mil posições de emprego preenchidas na cidade.
- 40** Se, em Pires do Rio, em todas as faixas etárias, o número de mulheres for sempre superior ao de homens, então na cidade existiam, em 2020, menos de 5.500 mulheres com idade inferior a 20 anos.
- 41** Proporcionalmente, o maior crescimento da população de Pires do Rio ocorreu na década de 1990 a 2000.
- 42** Se, para a década que se iniciou em 2020, for mantida a mesma taxa de crescimento da década de 2010 a 2020, então, em 2030, a população de Pires do Rio será superior a 38 mil habitantes.

**Espaço livre**

Acerca dos primórdios da ocupação histórica do município de Pires do Rio, da sua administração municipal na época do seu surgimento, assim como da sua produção agropecuária na atualidade, julgue os itens seguintes.

- 43** Os primórdios do município de Pires do Rio estão ligados à estação ferroviária, construída em alqueires de terras compradas pelo governo estadual, e à homenagem feita a José Pires do Rio, ministro da viação no governo de Epitácio Pessoa.
- 44** Na década de 20 do século passado, quando surgiu Pires do Rio, seu território era um distrito de Santa Cruz de Goiás e, assim, era governado por intendentess desta localidade.
- 45** Pires do Rio surgiu por acaso, como resultado da ocupação espontânea do que hoje é seu território, visto que seus primeiros habitantes vieram de fazendas do entorno regional, de localidades estatais vizinhas e até de outros estados, como Minas Gerais.
- 46** No município de Pires do Rio, possui relevância na agricultura o plantio de cereais, hortaliças e frutas, enquanto a pecuária responde principalmente pela criação de bovinos, com destaque para a produção de leite.

Julgue os itens subsecutivos, relativos a aspectos físicos, naturais, sociais, culturais, folclóricos e turísticos do município de Pires do Rio.

- 47** São atrações turísticas de Pires do Rio as cachoeiras do Maratá e do Salto, o Museu Ferroviário e a feira livre que concentra produtos regionais e artesanato.
- 48** Embora o principal meio de transporte de Pires do Rio seja o rodoviário, a Estrada de Ferro Goiás continua a ter certa relevância, na medida em que ainda circulam nela trens que fazem duas viagens semanais de passageiros até a estação de Pires do Rio.
- 49** O rico folclore de Pires do Rio foi herdado do colonizador português e manifesta-se em festas que acontecem no transcorrer de todos os meses do ano, graças ao fomento, incentivo e financiamento do poder público municipal.
- 50** O município de Pires do Rio tem clima caracterizado por um verão chuvoso e um inverno seco, além de ser rico em cursos d'água, sendo seus principais rios o Corumbá, o do Peixe e o Piracanjuba.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Em relação ao sistema de registro de preços (SRP), julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e a doutrina pertinente.

- 51** A doutrina denomina de carona, ou não participante, o órgão ou a entidade que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços.
- 52** O SRP é uma modalidade de licitação que objetiva registrar os preços de fornecedores para futura contratação pelo poder público.
- 53** O SRP pode ser utilizado para a contratação de bens e serviços, mas não para obras e serviços de engenharia.
- 54** A ata de registro de preços é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação.

No tocante à concentração e à desconcentração administrativas, julgue os itens a seguir.

- 55** Ocorre desconcentração administrativa quando a administração direta transfere a execução do serviço a terceiros, mediante outorga ou delegação.
- 56** Na desconcentração, há hierarquia e subordinação entre os órgãos envolvidos.
- 57** Ocorre concentração administrativa quando um órgão central reduz o número de órgãos periféricos e avoca para si atividades até então exercidas por esses órgãos.

Acerca dos remédios constitucionais garantidores de direitos individuais e fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 58** O *habeas data* pode ser impetrado para retificar algum dado pessoal da parte interessada inserido em bancos de dados ou registros de órgãos governamentais ou de caráter público.
- 59** O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- 60** É cabível mandado de injunção contra norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue os itens seguintes.

- 61** Entre os princípios institucionais do Ministério Público, o princípio da unidade assegura a integração de seus membros a um só órgão, sob a chefia de um procurador-geral.
- 62** A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, não depende de autorização do Senado Federal.
- 63** A Constituição Federal de 1988 assegura aos membros da advocacia pública as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de seus subsídios.
- 64** A garantia constitucional de prestação, pelo Estado, de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos é atribuição da Defensoria Pública.

A respeito da servidão ambiental, dos recursos hídricos, da reserva legal, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, do usucapião especial e da Mata Atlântica, julgue os itens seguintes.

- 65** A alienação da servidão ambiental depende de prévia notificação ao poder público.
- 66** A ausência de uso é uma das hipóteses legalmente previstas para a suspensão do direito de uso de recursos hídricos.
- 67** A utilização dos recursos naturais da Mata Atlântica, patrimônio nacional, é definida por meio de resolução do órgão ambiental competente com o fim específico de preservação do meio ambiente.
- 68** Em se tratando de fracionamento do imóvel rural para assentamentos pelo programa de reforma agrária, será tomada como parâmetro de reserva legal a área do imóvel fracionado.
- 69** Aquele que, sem autorização da autoridade competente, alterar a estrutura de edificação protegida por lei em razão de seu valor cultural, estará sujeito à pena de detenção.
- 70** A restauração de ecossistemas degradados constitui um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
- 71** Para fins de usucapião especial de imóvel urbano, poderá o possuidor acrescentar sua posse à de seu antecessor se elas forem contínuas.

Sobre a vigência da lei, as pessoas jurídicas, a prescrição e a decadência, julgue os itens que se seguem.

- 72** O município de Pires do Rio é considerado uma pessoa jurídica de direito público interno e, portanto, é titular de direitos e de obrigações.
- 73** Os prazos prescricionais e os prazos decadenciais especificados em lei poderão ser alterados ou renunciados mediante acordo entre as partes.
- 74** É vedado à câmara de vereadores do Município de Pires do Rio estabelecer a data da vigência de lei aprovada pela referida câmara, já que essa data é determinada em lei específica e, logo, corresponde à data da sua publicação.

Acerca das pessoas naturais, da capacidade e dos bens públicos, julgue os itens a seguir.

- 75** Se uma pessoa, de 17 anos de idade, casar-se, ela adquirirá a capacidade civil absoluta quanto às obrigações conjugais, mas manterá a capacidade relativa quanto aos demais atos da vida civil.
- 76** Se uma escola pública municipal estiver sediada em prédio público pertencente ao município de Pires do Rio, esse prédio será considerado bem público de uso especial e, nessa condição, não poderá ser objeto de penhora nem se submeter a ônus reais.

No que se refere a negócio jurídico e reponsabilidade civil, julgue os itens subsequentes.

- 77 Situação hipotética:** André está sendo demandado em ação de execução em decorrência de obrigação contratual inadimplida por ele junto a Manoel. Para se esquivar da obrigação, André formalizou um contrato particular, por meio do qual transferiu para Haroldo, com data retroativa, parte do seu patrimônio. **Assertiva:** Nessa situação, Manoel poderá requerer a nulidade do negócio jurídico formalizado entre André e Haroldo, por considerar que houve um ato simulado.
- 78 Situação hipotética:** Um servidor público do município de Pires do Rio estava conduzindo um veículo da secretaria de saúde do município quando provocou um acidente que deixou a vítima paraplégica. **Assertiva:** Nesse caso, a responsabilidade pela reparação pelos danos materiais e pelos morais decorrentes do acidente deve recair sobre o servidor público que provocou o acidente e, subsidiariamente, sobre o referido município.

Com base no Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir.

- 79** Ainda que a parte prejudicada não alegue a nulidade na primeira oportunidade em que falar nos autos, ficará afastada a preclusão se ela provar legítimo impedimento.
- 80** Será nula a sentença de mérito proferida sem a integração de todos os litisconsortes passivos.
- 81** Se a parte vencida aceitar a sentença proferida e, dentro do prazo recursal, praticar ato incompatível com a vontade de recorrer, restará precluso o seu direito de interpor recurso.
- 82** Se, no curso do processo, o réu provocar incidente manifestamente infundado, ele estará sujeito ao pagamento de multa em favor do autor, além de indenizá-lo pelos prejuízos sofridos.

Com relação à ação de improbidade administrativa, à reclamação constitucional e ao mandado de segurança, julgue os próximos itens.

- 83** Na ação de improbidade administrativa, o juiz deverá indeferir a petição inicial que não individualize a conduta do réu ou que deixe de apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência da conduta ímproba.
- 84** É incabível reclamação constitucional com o objetivo de impugnar sentença transitada em julgado, mesmo que a decisão tenha contrariado súmula vinculante.
- 85** É incabível a execução provisória da sentença que concede a segurança para permitir a compensação de créditos tributários.

João, empregado da empresa Alfa, foi condenado criminalmente por acidente de trânsito. A empresa, após tomar conhecimento da decisão judicial, demitiu João por justa causa e não lhe pagou nenhuma verba trabalhista. Inconformado, João ajuizou reclamação trabalhista, pleiteando a nulidade da demissão, sob a alegação de que a condenação criminal não havia transitado em julgado e que o ato criminoso tinha sido cometido fora das dependências da empresa. Alegou, ainda, que a empresa Alfa possui norma interna que prevê que qualquer sanção a empregado deve ser apurada mediante sindicância prévia. Requereu, por fim, a reintegração ao emprego e o pagamento de todas as verbas referentes ao período em que esteve afastado em decorrência da demissão ilegal.

Considerando essa situação hipotética e aspectos a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 86** De acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a ocorrência de justa causa retira do empregado qualquer direito a verbas rescisórias, de natureza indenizatória ou salarial.
- 87** A previsão de criação de normas gerais a serem observadas pelos empregados caracteriza o poder regulamentar do empregador.
- 88** O ato de dispensa de João pela empresa Alfa caracteriza o poder fiscalizatório do empregador.
- 89** De acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o argumento de João quanto à nulidade da demissão está correto, pois não deve haver a punição do empregado sem prévia sindicância interna quando a empresa se obriga a realizá-la por norma regulamentar.
- 90** À luz da legislação de regência, está correto o argumento de João com relação à nulidade da sua demissão, na medida em que, para a caracterização da justa causa, seria imprescindível que a condenação criminal do empregado tivesse transitado em julgado.
- 91** João poderá ser reintegrado, com o seu retorno ao emprego e à função antes ocupada, situação em que o período de afastamento será considerado como hipótese de suspensão do contrato de trabalho.
- 92** De acordo com a doutrina, está correto o argumento de João no sentido de que há nulidade da sua demissão, porquanto, para que restasse configurada a justa causa, seria necessário que o crime tivesse sido cometido dentro das dependências da empresa.

O procurador de determinado município recebeu intimação da justiça do trabalho que dava ciência de sentença proferida em procedimento sob o rito sumaríssimo. Ele opôs embargos de declaração à referida sentença, para suspender o prazo recursal e prequestionar a matéria referente à submissão da demanda envolvendo município ao procedimento sumaríssimo.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 93** Os municípios não podem ser parte nas demandas ajuizadas que sigam o procedimento sumaríssimo.
- 94** De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), não há necessidade de o procurador juntar instrumento de mandato para fins de representação processual do município, mas ele deverá declarar-se procurador em exercício.
- 95** Os prazos para a interposição de recursos trabalhistas são contados em dias corridos.
- 96** Os prazos para o município recorrer na justiça do trabalho são contados em dobro.
- 97** Para atingir seu objetivo, o procurador atuou corretamente ao opor os embargos de declaração, porque esse recurso suspende o prazo para interposição de outros recursos.

Julgue os itens seguintes, com base na jurisprudência do TST acerca de ação rescisória e mandado de segurança no âmbito do processo do trabalho.

- 98** Para impugnar decisão de tribunal regional do trabalho em mandado de segurança, cabe recurso ordinário para o TST.
- 99** O valor da causa da ação rescisória trabalhista de sentença de mérito advinda de processo de conhecimento deve corresponder ao montante da condenação.

A respeito da aplicação da lei penal, julgue os itens a seguir.

- 100** Aplica-se a lei penal brasileira aos crimes cometidos em aeronaves estrangeiras de propriedade privada durante seu sobrevoou no espaço aéreo brasileiro.
- 101** Nova lei penal benéfica ao agente de crime retroagirá, salvo para as sentenças condenatórias transitadas em julgado anteriormente à sua edição.
- 102** Para fins de valoração do lugar do crime, o Código Penal adota a teoria da ubiquidade.

A respeito dos crimes contra a administração pública, julgue os seguintes itens.

- 103** É cabível a extinção da punibilidade pelo crime de peculato culposo caso seja efetuada reparação do dano em momento anterior à sentença irrecorrível.
- 104** A consumação do crime de concussão se dá com o recebimento da vantagem indevida.

Com base nas disposições do Código de Processo Penal (CPP) acerca de provas, julgue os seguintes itens.

- 105** Se a infração penal deixar vestígios, a confissão do acusado torna dispensável a confecção de exame de corpo de delito.
- 106** Durante a instrução processual, é admissível que o juiz, de ofício, determine a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante da causa.

Acerca do auxílio-reclusão e do custeio da seguridade social, julgue os itens que se seguem.

- 107** O auxílio-reclusão constitui benefício previdenciário devido aos dependentes do segurado, e sua concessão independe de período de carência.
- 108** O princípio da equidade não proíbe que a alíquota da contribuição devida pelo empregador para o custeio da seguridade social seja superior à alíquota aplicável ao seu empregado.

Acerca do segurado do regime geral de previdência social (RGPS), da previdência complementar e da contagem recíproca de tempo de serviço, julgue os itens subsequentes.

- 109** Servidor público com vínculo efetivo com uma autarquia federal poderá manter o vínculo com o RGPS a que está vinculado ou retirar-se desse regime e optar somente pelo regime de previdência complementar, caso considere que este último lhe seja mais vantajoso.
- 110** O vereador eleito em um município que tenha optado por não instituir regime próprio de previdência social será considerado segurado obrigatório do RGPS.
- 111** Considere-se que, completados 11 anos de exercício em cargo público em um município com regime próprio de previdência social, Francisca tenha sido exonerada por ato de improbidade administrativa e, após esse fato, tenha passado a trabalhar como empregada de uma empresa privada. Nessa situação, para obter o reconhecimento do tempo de serviço público prestado ao município, Francisca deverá providenciar o recolhimento do valor das contribuições previdenciárias ao RGPS, referente ao período que deseja ver reconhecido.

Com relação à inscrição no RGPS e à acumulação de benefícios previdenciários, julgue os itens subsecutivos.

- 112** Suponha-se que Gustavo tenha falecido após ter trabalhado como mecânico em uma oficina informal de sua propriedade durante sete anos, sem nunca ter realizado a sua inscrição no RGPS nem procedido ao recolhimento das devidas contribuições. Nesse caso, admite-se, por norma regulamentar, a inscrição *post mortem* de Gustavo no RGPS por seus dependentes, com o intuito de se habilitarem ao benefício da pensão por morte.
- 113** Considere-se que Ana, servidora pública efetiva do estado do Rio de Janeiro lotada em um hospital público localizado no município de Pires do Rio – GO, trabalhasse como empregada, concomitantemente com o trabalho no hospital público, em um hospital particular localizado no mesmo município. Considere-se, ainda, que Ana tenha falecido vítima de um acidente automobilístico e deixado como dependentes previdenciários sua companheira Mariane, com quem convivia havia mais de 20 anos, e dois filhos menores. Nesse caso, os dependentes de Ana farão *jus* aos benefícios da pensão por morte a serem concedidos pelo regime próprio dos servidores do Estado do Rio de Janeiro e também pelo RGPS.

A respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), do parcelamento do solo urbano, da política urbana, da desapropriação, da proteção do patrimônio cultural, entre outros temas do direito urbanístico, julgue os itens a seguir.

- 114** A concessão de subvenção econômica, pela União, a pessoa física beneficiária do PMCMV ocorrerá apenas no ato da contratação de financiamento habitacional.
- 115** Em se tratando de terrenos urbanos cujas condições geológicas não aconselhem a edificação, o parcelamento do solo dependerá de autorização específica do órgão municipal encarregado da urbanização.
- 116** O desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes consistem em objetivos da política de desenvolvimento urbano.
- 117** Embora as modalidades de desapropriação por utilidade pública e por interesse social se diferenciem quanto às hipóteses de cabimento e à finalidade, ambas adotam o mesmo procedimento expropriatório.
- 118** O tombamento de bem pertencente ao Estado realizado pela autoridade competente federal produzirá efeitos independentemente de notificação do ato.
- 119** Se, após instituição do IPTU progressivo, o proprietário não cumprir a obrigação de parcelamento, o município poderá promover a desapropriação do imóvel, com pagamento parcelado.
- 120** A cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, com vistas ao atendimento do interesse social, consiste em um dos princípios do direito urbanístico.